

Globalização e imperialismo*

DAVID F. RUCCIO**

“A Nicarágua está sendo colonizada novamente”.
Roberto Manzanares, líder sindical nicaraguense destituído do cargo.

“Toda a chamada ‘guerra contra o terrorismo’ da América é um exercício de imperialismo (...). O que mais se pode denominar as legiões de soldados americanos, agentes e Forças Especiais, cavalgando o globo?”
Michael Ignatieff, “Nation-Building Life”.

“Um visitante de um outro planeta certamente ficaria perplexo se ouvisse um chamado velho crítico declarar perigosos os novos críticos. O visitante perguntaria: eles são perigosos para quem ou o quê? O Estado? A mente? A autoridade?”
Edward Said, *The World, the Text, and the Critic*.

Inicialmente, devo dizer que é problemática a ubiquidade do termo globalização, bem como os efeitos de seus significados no pensamento atual. De modo geral, os usos múltiplos e variados do termo sugerem que algo de fundamentalmente novo está ocorrendo no mundo, que uma reorganização mais ou menos total da cultura, da política e da economia está acontecendo. Isso é visível tanto na direita e na esquerda, quanto nas análises dominantes e nas visões alternativas.

* Publicado originalmente em *Rethinking Marxism*, vol. 15, nº 1, 2003. Tradução de Marcelo Guimarães Lima.

** Professor da Universidade Notre Dame, EUA; editor de *Rethinking Marxism*.

É claro que há uma grande quantidade de disparates vindos da direita e nas visões dominantes difundidas pelos meios de comunicação de massas. Tanto de especialistas acadêmicos – há muito estabelecidos e respeitados, como Samuel P. Huntington e Paul Krugman – quanto de autoproclamados (e frequentemente sancionados oficialmente) especialistas, como Thomas Friedman do *New York Times*¹. Assim, tanto utopias quanto distopias são concebidas. Fala-se e escreve-se sobre o fim do Estado-nação, o poder civilizador do livre-mercado, o aumento do bem-estar mundial e a harmonia social criados pela diminuição das barreiras comerciais e financeiras e a expansão da interdependência econômica mundial – ou, alternativamente, do choque de civilizações e a intensificação de conflitos regionais. Podemos aprender algo de tudo isto? Concordemos ou não com esses autores, trata-se de uma lição de criação de consenso, de construção de condições discursivas de hegemonia. Somos confrontados com um esforço não-coordenado (quer dizer, não-coordenado em nível global, no sentido de que ninguém e nenhum corpo estruturado dita as contribuições variadas a esta hegemonia neoliberal, embora ocorram de fato numerosas coordenações descentralizadas) em processo de naturalizar e despolitizar a existência e as conseqüências da globalização. O que temos é uma fábrica de pensamento, uma máquina ideológica ou ideologia-máquina, que inclui os departamentos de pesquisa do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (...) as reportagens e páginas editoriais de revistas e jornais importantes, os profissionais da economia, uma enorme variedade de comentaristas (desde aqueles da televisão até os autores de livros vendidos em aeroportos), as administrações Clinton e Bush, e o grande leque dos que apóiam a Organização Mundial do Comércio e a Área de Livre Comércio da América do Norte que diariamente nos assolam com a pregação a partir de púlpitos ou cátedras.

Um bom exemplo é o estudo do Banco Mundial de 1996, *El Salvador: Meeting the Challenge of Globalization*. Nele, se afirma que o principal objetivo dos autores das políticas de El Salvador é desenvolver a “competitividade global” por meio do rápido cumprimento de duas metas prioritárias: “(1) promover investimentos domésticos e externos e incorporar o país à cadeia global de produção por meio da redução dos custos operacionais internos e (2) reduzir o tamanho do Estado através de um programa acelerado de privatizações, ao mesmo tempo em que se fortalece o papel do setor público de facilitador do desenvolvimento do setor privado”².

¹ S. P. Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster, 1996. P. R. Krugman, *Pop Internationalism*. Cambridge MA: MIT Press, 1996. T. L. Friedman, *The Lexus and the Olive Tree*. New York: Anchor Books, 2000.

² World Bank. *El Salvador: Meeting the Challenge of Globalization*. Washington D. C.: World Bank, 1996, p. 1.

Este é o “senso comum” da abertura internacional e da privatização. “Senso comum” continuamente produzido e disseminado não apenas pelo Banco Mundial, mas por toda a indústria da globalização. Assim, a indústria da globalização se assemelha à indústria do desenvolvimento, esta última analisada criticamente por Arturo Escobar e demais pensadores chamados pós-desenvolvimentistas³. Trata-se de um conjunto de discursos, recomendações de programas e pacotes de ajuda, comuns aos mais altos escalões de negociadores e administradores da Organização Mundial do Comércio e aos diretores de projeto e implementadores das ONGs. Estes, em vez de chamar a atenção para as questões da justiça social e a diminuição da pobreza, falam atualmente em termos de microempresas e iniciativas empresariais entre os pastores de alpacas dos Andes.

No entanto, como os próprios pensadores pós-desenvolvimentistas foram alertados por seus críticos, a indústria do desenvolvimento não é monolítica. E tampouco é monolítica a indústria da globalização. Ela é contestada interna e externamente – por notórios oportunistas como Jeffrey Sachs, que pega o trem anti-FMI quando convém à sua reputação em baixa após os desastres sociais e econômicos que ele mesmo ajudou a estruturar na Bolívia, na Polônia e na Rússia, e por economistas neoclássicos, tais como Dani Rodrik, do Institute for International Economics, e Branko Milanovic, do Banco Mundial, preocupados com o fato de que a promoção do livre comércio e dos benefícios da globalização estaria sendo mal gerenciada, pois seus partidários ignoram, deliberadamente, sejam as preocupações “legítimas” com a elasticidade crescente da demanda por trabalho não-qualificado, seja o “lado maligno” da globalização⁴.

E é também contestada por bem-intencionados e engajados assessores de desenvolvimento e ativistas que trabalham com diversos tipos de grupos locais – não apenas pastores, mas igualmente cooperativas artesanais, grupos de mulheres, associações de crédito e poupança, sindicatos, clínicas médicas, programas de tratamento e prevenção de doenças transmitidas sexualmente, moradores de favelas, observadores e advogados de direitos humanos, e assim por diante. Indivíduos que freqüentemente trabalham dentro da indústria da globalização, tentando abrir o discurso para visões alternativas e mais realistas a respeito de setores específicos, utilizando, do modo mais eficaz possível, quaisquer migalhas de ajuda governa-

³ A. Escobar, *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

⁴ D. Rodrik, *Has Globalization Gone Too Far?* Washington D. C. Institute for International Economics, 1997. B. Milanovic, “The Two Faces of Globalization: Against Globalization as We Know It”, 2000. [Http://www.networkideas.org/featart/june02/Branko_Milanovic.pdf](http://www.networkideas.org/featart/june02/Branko_Milanovic.pdf).

mental ou externa, as redes e os conhecimentos de organizações não-governamentais internacionais e os movimentos e lideranças locais que eles possam agregar para melhorar a sorte das pessoas em países tanto do Primeiro Mundo quanto do Terceiro Mundo. E temos, ainda, os exemplos dos organizadores e participantes de grupos nas universidades, reuniões ou assembleias comunitárias e demonstrações de grande porte em Seattle, Melbourne e outras cidades ao redor do globo que têm atacado os programas do Banco Mundial, os efeitos das condicionantes do FMI, a proliferação de “sweatshops” (maquiladoras e afins) no Terceiro Mundo e o domínio das corporações sobre o que eles consideram como novas formas de economia global. É este conjunto de visões da globalização definida, de modo amplo, na esquerda que me preocupa especialmente. Ainda que elas tenham mobilizado um elevado número de pessoas em demonstrações contra as formas correntes de gerenciamento da economia mundial – e, portanto, oferecem algum tipo de contestação política –, preocupo-me com os modos pelos quais estas visões, seus partidários e todos nós, finalmente, terminamos por aceitar a existência da globalização, invocando-a para explicar tudo o que sucede no mundo hoje. Neste sentido, ao deixarmos de lado conceitos e modos de análise da tradição marxista, descartamos definitivamente outros modos de ver e de agir no mundo. O conceito de globalização não é algo gratuito, mas, ao contrário, produz uma dívida que, cedo ou tarde, terá de ser paga.

“A novidade” da globalização

Os significados predominantes do termo globalização sugerem (ou, ao menos, implicam) que algo de fundamentalmente novo caracterizaria o mundo atual. Isto se assemelha ao argumento, freqüentemente repetido, de que a mercantilização da cultura (que assinala a era da pós-modernidade) iniciou-se na década de 1960 – argumento que esquece os diversos modos pelos quais a compra e venda de artefatos culturais, tanto da cultura popular quanto da alta cultura, se caracterizava como um momento definidor do modernismo. Gostaria de sugerir, paralelamente, que as formas de integração econômica global a que assistimos hoje não são, ao menos quantitativamente, muito diferentes daquelas da última parte do século XIX e início do século XX, ou seja, o período de 1870 a 1913.

Examinemos, portanto, ainda que brevemente, alguns dos fatos mais salientes deste período anterior:

Da década de 1860 em diante, o crescimento de exportações e o aumento de participações no comércio exterior foram estimulados pela expansão e o aprofundamento das relações de classe capitalistas, juntamente com inovações no transporte de longa distância (tais como navios a vapor) e nas comunicações (especialmente o telégrafo). Deste modo, por exemplo, o crescimento do comércio

internacional apresentou uma média de 3,5% ao ano comparado ao crescimento do produto de 2,7%. É claro que havia muita variação regional ou nacional, incluindo os Estados Unidos, que ergueram enormes barreiras comerciais e realizaram um processo de industrialização por substituição de importações (uma forma de industrialização que os Estados Unidos, juntamente com toda a indústria da globalização, proibem hoje a El Salvador e a muitos outros países).

A economia internacional se caracterizava por grandes e relativamente estáveis fluxos de capitais, com base na expansão do padrão ouro, das moedas converíveis e da hegemonia financeira da Grã-Bretanha. Durante o período de 1870-1913, o crescimento das carteiras de investimento superou o crescimento do comércio, do investimento externo direto e do produto. De fato, em 1913 o volume de fluxo internacional de capitais tinha alcançado 5% do produto nacional bruto dos países exportadores de capital, estabelecendo, deste modo, mercados de capital internacionais integrados.

A produção foi também internacionalizada durante este período inicial, à medida que cresciam os investimentos externos diretos, tendo o estoque destes investimentos alcançado 9% do produto mundial (de acordo com os cálculos de Paul Bairoch e Richard Kozul-Wright) em 1913, um número que não havia sido superado no início da década de 1990⁵. É claro que grande parte deste investimento externo se dirigia às matérias-primas, mas uma parte significativa foi encaminhada para infra-estrutura (especialmente estradas de ferro e serviços de eletricidade, gás e água) e manufatura (especialmente nos Estados Unidos e na Rússia). Finalmente, as migrações internacionais de populações foi um fenômeno significativo no último período do século XIX e no período inicial do século XX. Em termos absolutos, o número de imigrantes admitidos nos Estados Unidos durante o período de 1901-1920 superou o do período de vinte anos iniciado em 1981 e, em termos relativos, como percentagem da população total dos Estados Unidos, os números mais antigos superam de longe quaisquer dados que possamos observar na segunda metade do século XX.

Em resumo, as atividades internacionais de comércio, finanças, produção e migrações desenvolveram-se rapidamente (ainda que de modo desigual) de 1870 a 1913 e os níveis em todas estas áreas hoje, de modo geral, não ultrapassaram os níveis anteriores⁶.

⁵ P. Bairoch R. Kozul-Wright, "Globalization Myths: Some Historical Reflections on Integration, Industrialization, and Growth in the World Economy", *Transnational Corporations and the Global Economy*. Ed. R. Kozul-Wright and R. Rowthorn, New York: St. Martin's Press, 1998.

⁶ Para uma análise geral dos modos em que tanto as formas de globalização que caracterizaram o período final do século XIX e início do século XX quanto os debates e "revira-

O que não quer dizer que tudo tenha permanecido igual. Mas devemos ser cautelosos em relação a considerar nosso tempo como um tempo absolutamente novo. Por exemplo, gastou-se muito papel e tinta com análises que ditaram soluções diversas para as crises recentes da Indonésia e da Argentina, como se crises financeiras associadas a fluxos internacionais de capital fossem algo novo. E, no entanto, Charles Kindleberger, entre outros, nos lembra a longa história de “manias, pânicos e colapsos” característicos dos períodos anteriores de globalização⁷.

De modo similar, o desenvolvimento da biotecnologia e de novas formas de telecomunicação não eliminou, seja no Norte ou no Sul, a existência da indústria ou manufatura, seja de aço ou de tênis ou de chips de silicone. Pelo contrário! O que está sendo produzido em lugares diferentes mudou (por exemplo, a produção têxtil que se transferiu do Nordeste para o Sul dos Estados Unidos e depois para o exterior, para a China e outros lugares). O que não significa que a produção capitalista (tanto de bens quanto de serviços) tenha sido eliminada dos Estados Unidos e dos outros países desenvolvidos. Ou que o trabalho tornou-se “imaterial”. Isto é confundir o trabalho concreto com o trabalho abstrato, amalgamá-los. O trabalho realizado nas “fábricas brancas” da indústria de computadores no Japão e nos Estados Unidos, não menos que o trabalho realizado nas usinas de aço do Brasil ou da Coreia do Sul, se e quando é organizado de modo capitalista, envolve um processo de valorização – a extração de trabalho da força de trabalho – que produz mais-valia. Ou assim esperam os capitalistas – tanto os que extraem mais-valia como aqueles que recebem uma parte da mais-valia produzida e apropriada.

Ao mesmo tempo, não devemos exagerar as similaridades entre os dois períodos. Existem novas características nas formas mais recentes de globalização. Por exemplo, enquanto os dois períodos apresentam uma acentuada orientação Norte-Sul, as estruturas coloniais do final do século XIX significavam que muitas regiões da América Latina, África e Ásia eram forçadas a “escolher livremente” a opção única da especialização em exportação de matérias-primas e importação de manufaturados, o que acarretou a desindustrialização do Sul, cuja participação na pro-

voltas” que as acompanharam prefiguram os do período pós-Segunda Guerra Mundial, ver K. H. O'Rourke e J. G. Williamson, *Globalization and History: The Evolution of a Nineteen-Century Atlantic Economy*. Cambridge MA: MIT Press, 1999. Outras comparações esclarecedoras dos dois períodos podem ser encontradas nos seguintes trabalhos: R. E. Baldwin e P. Martin, “Two Waves of Globalization: Superficial Similarities, Fundamental Differences”, *NBER Working Paper*. Cambridge MA: National Bureau of Economic Research, 1999; P. Bairoch e R. Kozul-Wright, op. cit., e P. Hirst e G. Thompson, *Globalization in Question*. Cambridge: Polity, 1996.

⁷ C. P. Kindleberger, *Manias, Panics, and Crashes: A History of Financial Crises*. 3d ed., New York: John Wiley & Sons, 1996.

dução manufatureira global caiu de um terço a um décimo do total mundial. Hoje, em contraste, uma reindustrialização do Terceiro Mundo e um declínio na atividade manufatureira do Norte têm acompanhado a internacionalização da atividade econômica.

Outras características novas da economia global contemporânea, em comparação ao período 1870-1913, incluem:

1. crescimento do número e do tamanho das corporações transnacionais (o número de CTNs dos mais importantes países industrializados cresceu de 7.000 em 1970 para 24.000 em 1990, enquanto o número de pessoas empregadas pelas CTNs cresceu mais de 80% durante o mesmo período. E as transações entre as CTNs enquanto parcela do comércio mundial cresceram de 20% na década de 1970 para mais de um terço nos anos 90). As corporações transnacionais não estavam ausentes dos períodos anteriores, mas o alcance global delas de fato cresceu nas últimas décadas do século XX;
2. a internacionalização das atividades do setor de serviços (tais como a distribuição de bens no atacado e no varejo, serviços bancários e financeiros, seguros, hotéis e turismo, serviços comerciais, saúde e telecomunicações) teve, igualmente, um papel no final do século XIX e início do século XX, mas seu crescimento ultimamente ultrapassou em muito o crescimento dos setores manufatureiros e de matérias-primas;
3. a velocidade dos fluxos de capital ao redor do globo e o papel dos movimentos de capital de curto prazo, na medida em que os mercados financeiros nacionais foram liberados e desregularizados (sob a tutela do Banco Mundial e do FMI) e novos instrumentos financeiros, criados.

A lista de novas dimensões das atuais tendências globalizadoras poderia prosseguir. O que quero dizer é que salientar exclusivamente ou “o que é novo” ou “o que é velho” só pode conduzir pensadores e ativistas marxistas ao erro. Precisamos prestar atenção na conjuntura presente, buscando pontos de ruptura, novos desafios e novas possibilidades, mas não é necessário que nos lancemos, apressadamente, no movimento generalizado da globalização.

Há aqueles que consideram a internet e demais novas modalidades de informação como sendo a característica definidora do período corrente, a culminação dos vários estágios do desenvolvimento do capitalismo, que transformou mercadorias em signos, que mercantiliza os próprios signos. Aqui existe claramente algo

novo, que permitiu novas formas de comercialização (marketing) global, bem como formas de comunicação (...).

No entanto, uma vez mais, devemos ser cautelosos sobre o quanto essas novas formas de comunicação tudo dirigem ou marcam todas as relações sociais de um modo fundamentalmente novo. Não quer dizer que não haja nada de novo aqui, mas deveríamos poder considerá-las como formas mais localizadas, parciais e incompletas. Por exemplo, que muitos jovens estão aprendendo novas formas – significativamente não-capitalistas, não-mercantis – de trocas ao baixar e intercambiar arquivos de músicas. É importante examinar e tentar compreender uma prática nova como esta (e outras semelhantes) precisamente porque representam uma exceção e uma ruptura ou distanciamento da presumida dominação global dos mercados capitalistas.

Do mesmo modo, quero sugerir, com o tema globalização. Em termos quantitativos ela cresceu nos últimos cinquenta anos, mas ainda assim (em várias medidas) alcançou apenas os níveis do período anterior. E existem novos elementos, como “hot money” e CTNs de grande porte, exercendo domínio de mercado e com produção além-fronteiras, juntamente com novas formas de abertura global e governança global, corporificada na OMC, no Banco Mundial e no FMI. Mas é ao nosso próprio risco que exageramos o que é novo, o que é diferente e que tudo perpassa.

Os debates da globalização

E tudo isto nos enreda em debates estéreis, por exemplo, entre uma economia verdadeiramente global versus a contínua relevância do Estado-nação, a organização internacional versus a política em nível nacional, o livre comércio versus o comércio regulado, e assim por diante. O resultado é a limitação de nossas concepções do que é possível, representada de modo exemplar por alguns esforços da parte de economistas radicais de afirmar a relevância continuada de políticas macroeconômicas domésticas, controles de capitais, taxa Tobin e assim por diante. Nas suas mãos, a economia política progressista é reduzida a um modificado projeto keynesiano de regulamentação econômica nacional e internacional, política doméstica de expansão e estabilidade internacional, como se encorajar o desenvolvimento econômico capitalista e a acumulação de capital produtivo – e desencorajar investimentos financeiros especulativos – não estabelecesse igualmente algumas das condições de existência da exploração. Como e quando a economia política de esquerda limitou-se a escolher entre padrões diversos de desenvolvimento capitalista – mais ou menos regulado, maior ou menor intervenção estatal, mais ou menos mecanismos de controle, o chamado desenvolvimento guiado por lucros versus guiado pelos salários?

Ao que parece, isto é um efeito do foco exclusivo e restrito no (e da oposição igualmente exclusiva e restrita ao) “neoliberalismo”. O neoliberalismo é um modo

de organização e de celebração (especialmente entre os economistas neoclássicos) do livre mercado junto com o comércio internacional e os direitos de propriedade privada bem definidos. Mas esta é uma batalha travada no interior da ciência econômica dominante, não é nossa batalha. Pró ou contra o livre comércio, formas mais livres ou mais reguladas de atividade econômica internacional (seja produção, distribuição ou finanças). Para cada defensor do livre comércio sem quaisquer obstáculos, existe alguém soando o alarme de que o sistema está em vias de colapso sob o seu próprio descontrolado e desregulado peso, para cada Paul Krugman, um Joseph Stiglitz⁸; para cada Thomas Friedman, um George Soros (e especialmente, para cada Soros, que adverte que a economia se vê em face de uma crise iminente⁹ – e se torna leitura obrigatória para muitos na esquerda – e que, mais recentemente, desdiz e se retrata de muitos de seus prognósticos anteriores¹⁰). Temos de reconhecer que tem ocorrido uma batalha no interior da economia liberal (ou, como queiram, neoliberal) desde seus primórdios (incluindo tanto Adam Smith, como seus sucessores clássicos e neoclássicos). Trata-se de uma tensão nascida do desejo de expandir e aprofundar o livre mercado capitalista e, dado que este é sempre um projeto frágil e precário, regular todas as perturbações possíveis, sejam do Estado feudal em tempos idos ou do Estado protecionista hoje. Seu projeto tem sido celebrar a existência dos mercados capitalistas e regular a criação destes mercados – o que, como bem entendeu Karl Polanyi, requer, antes como hoje, a intervenção do Estado. Uma das tentativas mais criativas de repensar e regular os efeitos dos mercados internacionais é a crítica ética de George DeMartino ao neoliberalismo globalizado e sua crítica às políticas de desenvolvimento da competitividade e de nivelamento por baixo, políticas advogadas por economistas estabelecidos e por idealizadores de políticas econômicas nos Estados Unidos e alhures¹¹. DeMartino concebe então uma estratégia de nivelamento por cima (“leveling-up”) para mudar de modo fundamental o regime global de comércio, baseado no que denomina de uma estrutura tarifária de índice social, a qual, ao mesmo tempo em que pressupõe mercados globais, visa remover aspectos críticos da vida social da competição internacional.

E para aqueles pensadores liberais que torcem as mãos, angustiados a respeito de emitir julgamentos éticos interculturais, tais como Martha Nussbaum e

⁸ J. E. Stiglitz, *Globalization and Its Discontents*. New York: W. W. Norton, 2002.

⁹ G. Soros, *The Crisis of Global Capitalism: Open Society Endangered*. New York: Public Affairs, 1998.

¹⁰ G. Soros, *Open Society: Reforming Global Capitalism*. New York: Public Affairs, 2000.

¹¹ G. F. DeMartino, *Global Economy, Global Justice: Theoretical Objections and Policy Alternatives to Neoliberalism*. New York: Routledge, 2000.

Amartya Sen¹², que acreditam que a única alternativa é um relativismo neoclássico de cálculo individual e logo tentam estabelecer bases universais para tais julgamentos, o marxismo traz um desafio original e uma contribuição: o reconhecimento de que as pessoas não estão apenas paradas, esperando esclarecimentos, mas estão lutando para mudar as condições que determinam suas vidas. E a meta de pensadores marxistas e ativistas radicais é precisamente a sua identificação a muitas (mas, claro está, não todas) destas lutas, debater seus significados e importância e participar delas, entre e no interior dos países diversos.

Se os termos do debate sobre a globalização não são nossos, menos ainda é a propensão a invocar a economia (ou algum elemento relacionado, tais como computadores ou tecnologia de comunicações) como demiurgo movimentando todos os outros elementos da sociedade para uma meta final qualquer, seja uma utopia ou distopia. Muito já foi realizado, inclusive nas páginas de *Rethinking Marxism* e em outros veículos, para recuperar e reinventar os elementos não-economicistas do marxismo, para que simplesmente retornemos a tais formulações tradicionais. A crítica da economia política é, entre outras coisas, a crítica desta tendência economicista, corporificada, por exemplo, no pensamento econômico (especialmente neoclássico) dominante. Esta é a abordagem de Gary Becker e diversos economistas estabelecidos: reduzir a economia a um princípio organizador central e então “economizar” todas as demais esferas da existência social (o espaço doméstico, o tratamento do meio ambiente e assim por diante).

Muito já foi realizado para descentrar a sociedade da economia e para descentrar (fragmentar e dispersar) a própria economia, para que simplesmente retornemos ao economicismo do marxismo tradicional: trabalhos teóricos e empíricos de Stephen Resnick e Richard Wolff, J. K. Gibson-Graham, Jack Amariglio e Antonio Callari, Stephen Cullenberg e muitos outros pensadores marxistas contemporâneos na economia política¹³. Eles não eliminaram a economia de nosso trabalho (em favor de alguma outra instância, tal como a cultura ou a política e deste modo criando uma falsa opção), mas, ao invés, buscam rever as concepções marxistas existentes, por exemplo, delineando os padrões complexos e cambiantes de apropriações e distri-

¹² Para uma crítica do “tipo de neoliberalismo pragmático”, ver R. Sandbrook, “Globalization and the Limits of Neoliberal Doctrine.” *Third World Quarterly*, n° 21, (6), 2000.

¹³ S. Resnick, S. e R. Wolff, *Knowledge and Class*. Chicago: University of Chicago Press, 1987. J. K. Gibson-Graham, *The End of Capitalism (As We Knew It): A Feminist Critique of Political Economy*. Cambridge MA, Blackwell, 1996. J. Amariglio e A. Callari, “Marxian Value Theory and the Problem of the Subject: The Role of Commodity Fetishism”. *Fetishism as Cultural Discourse*. Eds. E. Apter and W. Pietz, Ithaca, Cornell University Press, 1994. S. Cullenberg, *The Marxian Debate over the Tendency of the Rate of Profit to Fall: A Methodological Reconstruction and New Directions*. London: Pluto, 1994.

buições de sobretrabalho (trabalho excedente); examinando as formas da economia que não podem ser simplesmente reduzidas ao capitalismo (e deste modo, nos lembrando da existência, hoje e não num futuro distante, de várias formas de não-capitalismo); as formas de subjetividade associadas ao fetichismo da mercadoria que não são determinadas, social ou historicamente, pela própria economia; a sobre-determinação da taxa de lucro; e assim por diante. E muito mais está para ser feito. De qualquer modo, não devemos deixar a globalização pela via do economicismo se infiltrar em nossas teorizações do mundo contemporâneo.

Certamente, a ironia está no fato de encontrarmos marxistas e demais pensadores críticos nas áreas das humanidades – que passam seu tempo analisando textos e discursos literários e culturais – adotando concepções unificadas, únicas e totalizadoras da economia capitalista. Como se textos e discursos não contassem quando se trata da economia, como se a economia estivesse simplesmente aí, para além de todas as interpretações e determinações discursivas. Enquanto nós, que estamos no interior e em torno da disciplina da economia, trabalhamos dura e constantemente para desarticular e prover alternativas a tais concepções modernistas da economia, precisamente examinando os efeitos de modelos e metáforas da economia (no discurso e nas políticas tanto quanto na própria economia) que têm operado não apenas na disciplina econômica dominante mas igualmente em várias tradições heterodoxas, inclusive o marxismo.

Finalmente, o foco na globalização (e, com isso, no neoliberalismo e termos afins) deixou de lado outros conceitos ou modos de compreender o mundo. Eu penso, em particular, na noção de imperialismo.

Imperialismo

Historicamente, lembremos que a noção de imperialismo, tal como tem sido utilizada, refere-se ao que Edward Said chama a era do alto imperialismo ou imperialismo clássico e à configuração das condições a que Lênin se referiu como o último estágio do capitalismo – exatamente o período (a partição do mundo pelos poderes da Europa no século XIX e as condições que conduzem à Primeira Guerra Mundial) que pode ser caracterizado pelo processo de internacionalização ou globalização que, ao menos quantitativamente, é muito semelhante ao nosso¹⁴. Assim, se quisermos argumentar que o conceito de imperialismo teve alguma validade para aquele período (como de fato pensamos muitos de nós), o que teria mudado fundamentalmente para hoje eliminar seu uso? Não que as defini-

¹⁴ E. W. Said, *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books, 1993. V. I. Lenin, “Imperialism, the Highest Stage of Capitalism: A Popular Outline”. *Collected Works*, vol. 22, Moscow: Progress Publishers, 1964.

ções devam ser válidas exatamente como os teóricos as utilizaram ou como emergiram (como nos mostrou Said, de modo eloqüente) nos escritos dos romancistas e outros à época¹⁵. Tampouco irão os documentos hoje espelhar aqueles coletados por Barbara Harlow e Mia Carter na sua recente coletânea de documentos sobre o imperialismo e o orientalismo¹⁶.

Hoje, estes “impérios formais” já não existem, ou quase não existem de todo, precisamente porque os pensadores e os movimentos antiimperialistas e de liberação nacional (de Mariátegui e Gandhi a Fanon e o Che, do Peru e Índia a Argélia e Cuba) foram bem-sucedidos, porque o imperialismo foi combatido por alianças extensas de povos subalternos, povos colonizados e igualmente extensas alianças nas próprias nações imperiais. Não que os resultados tenham sido sempre os esperados por nós (ou eles). Mas desde quando, como marxistas, já esperamos pureza ou finalidade nos processos reais, concretos, da história sendo realizada?

E, no entanto, isto posto, somos testemunhas de eventos e atividades que só podem ser compreendidos em termos de alguma noção de imperialismo – e que apenas podem ser combatidos por um extenso e contínuo trabalho político e intelectual antiimperialista. De que outro modo podemos entender as guerras do Golfo, Kosovo e, após o 11 de setembro, no Afeganistão e em inúmeros outros países nos quais tropas, consultores e pessoal de inteligência dos Estados Unidos estão presentes? Estas grandes intervenções militares estão assim tão distantes das invasões de Granada e do Panamá ou do apoio aos contra na Nicarágua e Honduras? Ou dos esforços para estabelecer a ALCA (NAFTA) ou a OMC? Das atividades do Banco Mundial e do FMI?

Não, nada disso envolve uma repartição econômica ou política do mundo, o imperialismo que Jan Pieterse descreve como “territorial, impulsionado pelo estado, centralmente organizado e marcado por uma clara divisão entre colonizador e colonizado”¹⁷. Não exatamente. Não se trata de partes individuais do mundo, mas do mundo como um todo, um projeto de recolonizar o mundo inteiro, de refazê-lo, com o zelo de uma missão humanizadora precisamente remanescente da “Civilização, Cristianismo e Comércio”, lema que, segundo o legendário David Livingstone, constituía a base da colonização européia da África. Hoje, as presenças imperiais de Reagan, Bush I, Clinton e Bush II podem ser resumidas pelo lema “Democracia, Anticomunismo e Livre Comércio”.

¹⁵ Para uma boa seleção de textos da literatura colonial do período 1870-1918, ver E. Boehmer, *Empire Writing: An Anthology of Colonial Literature, 1870-1918*. New York: Oxford University Press, 1998.

¹⁶ B. Harlow, e M. Carter, *Imperialism and Orientalism: A Documentary Sourcebook*. Malden MA: Blackwell, 1999.

¹⁷ J. N. Pieterse, “Globalization North and South: Representations of Uneven Development and the Interactions of Modernities”, *Theory, Culture and Society*, n° 17, (1), 2000, p. 132.

E exatamente como o imperialismo clássico, o novo imperialismo envolve povos subjugados que estão produzindo suas próprias e vigorosas culturas e economias de oposição e resistência¹⁸.

Portanto, onde se localiza a resistência a invocar o imperialismo para caracterizar e combater ao menos alguns eventos e atividades, projetos e referenciais significativos no mundo hoje? Eu apresento aqui ao menos algumas razões para a existência desta resistência, e respondo (ainda que brevemente) a cada uma delas.

1. Uma das razões pode ser o caráter “confuso” das recentes intervenções militares, por exemplo, a Guerra do Golfo. George Bush versus Saddam Hussein? Um dos episódios pessoais mais frustrantes daquela guerra foi observar meus colegas liberais e mesmo de esquerda se tornarem partidários da aliança de “bombas-inteligentes” dirigida pelos Estados Unidos para forçar o Iraque a sair do Kuwait (...). O fato de que as vítimas do colonialismo e da agressão imperialista (ou mesmo muitos dos que têm resistido ao colonialismo e ao imperialismo por muitos anos) não sejam nunca elas próprias inteiramente inocentes não deve ser um obstáculo para a nossa compreensão das instituições, práticas e projetos que constituem o que eu gostaria de denominar de imperialismo.

2. A segunda razão pode ser a associação da globalização com a universalização do capitalismo – a idéia na cabeça de alguns, pelo menos, de que “toda prática humana, cada relação social e o meio ambiente natural são submetidos à mesma exigência da maximização de lucros, à acumulação de capital, à constante auto-expansão do capital” – enquanto o imperialismo tradicionalmente esteve associado com a relação entre o capitalismo e o não-capitalismo, a colonização de um pelo outro¹⁹. No entanto, é um erro assumir que, porque o capitalismo tornou-se global (e quando foi que ele não foi global?), todas as formas de não-capitalismo foram eliminadas ou que podem, simplesmente, ser ignoradas. Como mostrou de maneira tão eloqüente J. K. Gibson-Graham²⁰, é um efeito do nosso conceito de capitalismo o fato de que a grande variedade de processos não-capitalistas de classe,

¹⁸ Ver os exemplos reunidos nos seguintes trabalhos: P. Wignaraja, *New Social Movements in the South: Empowering the People*. New Jersey: Zed Books, 1993; B. K. Gills, *Globalization and the Politics of Resistance*. Basingstoke: Macmillan, 2000.

¹⁹ E. M. Wood, “Unhappy Families: Global Capitalism in a World of Nation-States”, *Monthly Review*, nº 51, (July-August), 1999, p. 8.

²⁰ Op. cit.

que podemos dizer que existem no mundo, é desconsiderada e eliminada da paisagem econômica e social.

Assim, as similaridades históricas entre antes e agora constituem uma razão que fundamenta invocar o imperialismo – juntamente com ou no lugar da globalização ou neoliberalismo – para entender o que está acontecendo no mundo hoje.

Outra razão para utilizarmos o conceito de imperialismo tem a ver com seus efeitos; isto é, sua performance. Imperialismo, diferentemente de globalização ou outros termos similares, é um conjunto de práticas multidimensional (econômicas, políticas e culturais) sem que possuam uma unidade necessária ou inevitabilidade. Elas podem e muitas vezes de fato trabalham em conjunto, mas sem qualquer propósito único ou entidade organizadora. E do mesmo modo como são postas em movimento, podem sofrer resistências, desviadas e mesmo interrompidas. A globalização, por sua vez, parece possuir uma deprimente inevitabilidade. E isto porque é configurada como o desenvolvimento de uma lógica econômica (e, freqüentemente, subjacente a esta lógica econômica, como desenvolvimento da tecnologia). A globalização é gigantesca e apocalíptica. O imperialismo, do modo como eu utilizo o termo, é parcial e incompleto, um projeto ao mesmo tempo poderoso e frágil. Antes de ser uma descrição de um estágio inteiro do capitalismo ou do desenvolvimento mundial, é um projeto no mundo, uma tentativa de fazer e refazer este mundo²¹.

Penso que o conceito de imperialismo partilha estas características com outro importante conceito marxista: o de exploração. Exploração, a extração de trabalho exceden-

²¹ Para evitar mal-entendidos: não estou afirmando que a globalização como conceito é necessariamente totalizadora ou essencialista. Com efeito, vários estudiosos têm trabalhado para desconstruir e transformar as teorizações atuais da globalização, para torná-las menos unificadas e completas. Ver, entre outros, J. K. Gibson-Graham, "Querying Globalization", nº 9, (1), 1996/97, e "An Ethics of the Local", *Rethinking Marxism*, nº 15, (1), 2003; D. F. Ruccio e S. Kayatekin, "Global Fragments: Subjectivity and Class Politics in Discourses of Globalization", *Economy and Society*, nº 27, February, 1998; A. Dirlik, "Globalization as the End and the Beginning of History: The Contradictory Implications of a New Paradigm", *Rethinking Marxism*, nº 12, (4), 2000. O que tenho afirmado é que os usos mais correntes do termo, tanto na direita quanto na esquerda, apresentam a "deprimente inevitabilidade" a que eu me referi. Acredito que um problema similar ocorre com o conceito de império. Embora eu admire muitos aspectos do projeto concebido por Michael Hardt e Antonio Negri, a abordagem destes autores se apóia excessivamente na idéia de que há uma ordem única do mundo que pode ser caracterizada como a realização completa do mercado mundial capitalista. Ver: M. Hardt e A. Negri, *Empire*. Cambridge MA: Harvard University Press, 2000. Ainda assim, há muitos pontos de contato entre a minha noção de máquina imperial e a noção de império destes autores.

te dos produtores diretos por aqueles que não realizam o trabalho, é um fazer, uma espoliação (ou para utilizarmos uma expressão de Marx ainda mais sugestiva: o sugar do sangue dos trabalhadores), uma atividade que se casa de modo algo desconfortável com as normas e a sensibilidade burguesas. Não há nada inevitável sobre a exploração, tanto em sua forma geral como em formas específicas – capitalista, feudal, escravista, individual e assim por diante. Não há um explorador único, burguesia nacional ou mundial, explorado único, classe operária nacional ou internacional.

A exploração – em sua forma capitalista, a extração de trabalho da força de trabalho, a auto-expansão do valor – é um processo, um entre muitos dentro da totalidade social. Classe, nesta acepção, não se refere a grupos de pessoas, mas a um processo do qual participam pessoas, no qual elas são posicionadas como realizadores ou apropriadores de mais-valia. Enquanto exploradores, os conselhos de diretores das empresas capitalistas se apropriam da mais-valia produzida pelos trabalhadores no interior destas empresas. Este excedente é então distribuído aos comerciantes, banqueiros, Estado, outros capitalistas, acionistas, e assim por diante, os quais, enquanto ocupantes das chamadas posições subsumidas de classe, provêm em algumas das condições culturais, políticas e econômicas sob as quais a exploração continua a existir. Estas distribuições – seja ao Estado na forma de impostos ou a acionistas privados como dividendos, ao capital financeiro como pagamentos de juros ou a cidadãos “acionistas” para organizar creches ou programas comunitários – estruturam profundamente o meio social e natural no qual vivemos. O que chamamos de capitalismo, portanto, é esta constelação de condições e efeitos associados (não abstrata ou inevitavelmente, mas concreta e contingentemente, em outras palavras, historicamente) com a extração de trabalho excedente ou sobretrabalho na forma de mais-valia.

Imperialismo, por sua vez, é o conjunto de condições que dão forma e são formados pela existência desta exploração. Sim, imperialismo capitalista – não porque os capitalistas sempre conseguem o que querem, nem porque formas de expansão e dominação colonial não antecedem a emergência e desenvolvimento do capitalismo, nem finalmente porque o imperialismo pode ser reduzido ou explicado inteiramente em termos de economia (capitalista ou outra qualquer), mas porque as formas particulares de imperialismo (anexação britânica da Índia, a barragem das tropas americanas contra as forças iraquianas e a nova “guerra contra o terrorismo”) não podem ser separadas dessas condições e desses efeitos do capitalismo aos quais eu me referi. E isto é verdade tanto nos centros metropolitanos como na periferia do Sul. Além disso, essas condições e esses efeitos são experimentados através da sociedade, na cultura, na política e na economia.

Economias imperiais

Vou me ater à economia, tendo em vista o propósito específico deste artigo (...). Precisamos compreender igualmente as dimensões econômicas do imperialismo contemporâneo e o papel do discurso econômico na constituição e reprodução do imperialismo.

Isto é, tanto quanto os romances, filmes e outros artefatos culturais analisados por críticos literários e culturais, o discurso econômico desempenha um papel importante dentro do quadro imperial do capitalismo contemporâneo.

Não vou tentar descrever, neste breve ensaio, a grande variedade de atividades econômicas internacionais que podemos observar hoje. Ao invés disso, vou focar um conjunto particular: os fluxos de valor associados às dimensões de classe do capitalismo. E, já que não posso cobrir todo o panorama, vou focalizar nos fluxos de valor e dimensões de classe de três atividades que têm sido destacadas em discussões recentes: a) terceirização para “sweatshops” estrangeiras, b) investimento externo direto e c) empréstimos internacionais. O projeto imperial corrente (desde as atividades de corporações multinacionais individuais até as das organizações governamentais multilaterais) inclui uma série de medidas para facilitar todas estas três atividades. Mas este exemplo também nos dá um sentido da complexidade das dinâmicas de classe e formas de políticas antiimperialistas em curso²².

Brevemente, em termos marxistas de classe, a produção terceirizada das “sweatshops” da Nike e de outras manufaturas transnacionais não representa exploração externa (como se acredita freqüentemente), mas, ao invés, uma relação de trocas na qual a Nike e outras companhias similares compram mercadorias (bens ou serviços, desde sapatos esportivos e itens relacionados, programas para computadores a digitação de dados e contagem de cupons de compras de supermercados) de fornecedores estrangeiros. O fato de que o comprador é uma empresa capitalista, em si mesmo, não nos esclarece sobre o caráter de classe da produção que ocorre na outra ponta. E mesmo se o fornecedor é uma “sweatshop” capitalista (como muitos, mas não todos, são de fato), não temos qualquer forma de exploração externa ocorrendo. Uma parte importante do incentivo para explorar (e para melhorar – ou, da perspectiva dos trabalhadores, para piorar – as condições de exploração) vem da tentativa de conquistar e manter contratos de terceirização, mas os capitalistas do país comprador (da matriz doméstica, neste caso os EUA) não extraem o sobretrabalho dos trabalhadores dentro das fábricas e locais de trabalho estrangeiros.

²² Para outros exemplos da dispersão espacial da produção e da apropriação de trabalho excedente no contexto das mais antigas e das mais variadas formas de globalização, ver S. Resnick e R. Wolff, “Empire and Class Analysis”, *Rethinking Marxism*, nº 13, (3/4), 2001.

O que faz a terceirização transnacional diferente dos tipos de investimento externo direto nos quais e através dos quais ocorre de fato a exploração estrangeira – não de uma nação por outra nação, mas pelos capitalistas de um país que extraem mais-valia de trabalhadores que realizam seu trabalho em outro país. Enquanto a realização e a apropriação da mais-valia ocorrem ao mesmo tempo (durante o que os marxistas denominam de processo de valorização ou a auto-expansão do capital), elas ocorrem em nações diferentes. Em tais casos, os apropriadores capitalistas da mais-valia podem e freqüentemente se localizam em cidades e países distantes de onde o processo de produção (e, portanto, a extração de trabalho da força de trabalho) está sendo realizado. A verdade é que a “máquina imperial” cria as condições para ambas as relações existirem precisamente por meio da definição dos direitos de propriedade e da abertura de mercados, reduzindo tarifas e demais assim chamadas barreiras ao comércio, e encorajando o fluxo de bens e serviços (sejam produzidos por subsidiárias, e neste caso trata-se de trocas intrafirma, ou por terceirização) entre os países.

Mas quais as implicações desta distinção de classe entre terceirização mediada pelo mercado e o investimento direto externo?

Num certo nível, não faz diferença, ao menos no que diz respeito aos consumidores, aos ativistas de direitos dos trabalhadores, grupos religiosos e outros que se uniram para responsabilizar as companhias – mães pelas condições (de salários, segurança, de trabalho e assim por diante) existentes nas suas fábricas estrangeiras “afiliadas”, sejam terceirizadas ou subsidiárias. Isto é uma importante conquista na medida em que as condições de exploração são postas em pauta, não apenas para aqueles que produzem os bens, mas também para os que os consomem. Este é um momento antiimperialista importante na política contemporânea.

Mas, em outro nível, existem ao menos duas conseqüências importantes oriundas desta distinção: primeiramente, como mencionei acima, a empresa terceirizada não necessita ser uma empresa capitalista. Uma das características dos mercados é precisamente a idéia de que as mercadorias não necessitam ser mercadorias capitalistas. Ou, dito de outro modo, a existência de um processo de classe particular não pode ser lida a partir da existência de valores de troca e relações mercantis, tampouco deduzida desta. Produtores não-capitalistas podem e de fato vendem bens e serviços terceirizados a capitalistas – inclusive às grandes corporações transnacionais. Em segundo lugar, se e quando os contratantes terceirizados são empresas capitalistas, determinar quando e como a exploração acontece vai depender da natureza destas empresas. Quando elas são manufaturas locais, ou mesmo empresas multinacionais terceirizadas (que dirigem muitas “sweatshops” para a Nike e outras compradoras multinacionais semelhantes), temos então capitalistas locais (ou regionais) extraindo mais-valia de seus trabalhadores, não o “sócio” transnacional.

O que esta análise nos ajuda a fazer é contestar a homogeneidade econômica, em particular a homogeneidade de classe imposta pela maioria dos usos do termo globalização – a idéia, por exemplo, de que o capitalismo se tornou singular e universal. Podemos, assim, começar a perceber um cenário heterogêneo de classe, do qual fazem parte diferentes formas de capitalismo e vários tipos de não-capitalismo num contexto caracterizado pelo alcance global de certas empresas capitalistas, por fluxos de capitais privados e livre-mercados internacionais de bens e serviços. E, não obstante, podemos ainda identificar o projeto imperialista e conceber uma prática política antiimperialista.

Podemos tirar conclusões semelhantes se fizermos uma análise de classe dos empréstimos internacionais. Mais uma vez, não se trata de exploração internacional, pois, quando os juros dos empréstimos são pagos aos bancos estrangeiros, não ocorre a extração de mais-valia²³. Mais precisamente, nas instâncias em que os empréstimos são utilizados para sustentar a exploração capitalista, os bancos recebem uma parte da mais-valia extraída dos trabalhadores estrangeiros. No entanto, esta não é a única possibilidade. Como vimos na América Latina e alhures, fundos de empréstimos podem tomar a forma de fuga de capitais, o que ocorre freqüentemente, em muitos casos em direção aos próprios países de onde se originam os empréstimos – não apenas para a compra de condomínios de luxo em Miami, mas também para a compra de quotas de ações de corporações americanas. Nestes casos, o efeito dos empréstimos é fornecer as condições de existência da exploração de trabalhadores lá e em outras partes do mundo, pela qual os acionistas periféricos recebem uma quota da mais-valia extraída. O mundo aparentemente é posto de cabeça para baixo, na medida em que o capital flui da periferia e da semiperiferia da economia mundial para o centro metropolitano e, deste modo, reforça as condições de exploração dentro do centro.

Isto me encoraja a, pelo menos, tomar emprestadas algumas idéias de Deleuze e Guattari e pensar o imperialismo como uma máquina – em contraste com a concepção de um estágio particular do capitalismo (como fazia Lênin) ou meramente uma escolha política (a abordagem de Kautsky). Precisamente as concepções que são repetidas hoje. Em contrapartida, pensar as características de máquina do imperialismo nos dá uma noção de suas várias partes e do modo como elas (freqüentemente, mas não sempre) trabalham juntas, um conjunto de energias, identidades disponíveis e categorias que impulsionam indivíduos e grupos, instituições e estruturas, a representar papéis projetados e civilizar aqueles que tentam resistir às suas lições, fazê-los sucumbir à sua lógica naturalizada. Não um estágio

²³ Para uma análise de classe da dívida externa, ver D. F. Ruccio, “Power and Class: The Contribution of Radical Approaches to Debt and Development”, *Radical Economics*. Boston: Kluwer-Nijhoff, 1992.

do capitalismo, mas antes uma máquina que fornece e recebe energia do capitalismo em vários momentos de sua história²⁴. Não uma simples escolha política disponível a governos e regimes, embora inclua muitas opções: militares, bombardeios ou invasões, hegemonia cultural e noticiários de alcance mundial... e o conhecimento produzido por economistas, especialmente (mas não apenas) nos Estados Unidos. A análise econômica, em sua descendência de Adam Smith, e conforme praticada hoje na academia norte-americana, institutos privados e agências governamentais, não pode desenvolver-se separada da máquina imperial que tenta disciplinar-“nos” tanto quanto discipliná-“los”. É o apoio e a estratégia do império, juntamente com a oposição tibia aos efeitos do império, que devem ser deixados aos cuidados da chamada rainha das ciências sociais, a mais escravizada à inveja da física. Em outras palavras, a máquina disciplinadora conecta-se e funciona de forma integrada com a máquina imperial.

Aqui, sem querer apresentar uma história detalhada do pensamento econômico, refiro-me aos elaborados modelos teóricos e empíricos da teoria da vantagem comparativa e dos benefícios mútuos do livre comércio internacional de Heckscher-Ohlin-Samuelson. E também aos sete ganhadores do Prêmio Nobel que cerram fileiras para dar o seu *imprimatur* científico à ALCA (NAFTA), enquanto figuras não tão proeminentes tentam nos convencer dos males da regulação econômica e dos efeitos de aumento do bem-estar resultantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), e, mais recentemente, das atividades da OMC. Ou aos economistas do desenvolvimento que chegam à conclusão, repetida então como mantra sagrado, de que a incubadora da indústria no Terceiro Mundo, a industrialização por substituição de importações, não funcionou e não podia funcionar – desconsiderando os níveis de industrialização que foram atingidos e as turbulências macroeconômicas dos anos 1970 e 1980, que conduziram a crises econômicas nacionais que não foram rápidas o bastante e que não possuíam as reservas de moedas

²⁴ O que distingue o termo máquina, tal como foi empregado por Deleuze e Guattari, é que não há sujeito, em dois sentidos: (a) não há intenção ou inteligência (seja humana ou sistêmica, como o capitalismo) por detrás e que dirija suas operações e (b) é criado por outras máquinas, numa regressão infinita, não por um sujeito (sejam indivíduos ou um sistema). Máquinas simplesmente operam em fluxos e em outras máquinas, cortando e conectando e assim formam novas máquinas. Assim, o imperialismo, concebido como uma máquina, não é uma coisa, mas um processo, um ato de produção que não tem finalidade ou *telos*. Como as máquinas desejantes ou desejo-máquina de Deleuze e Guattari, a máquina imperialista ou imperialismo-máquina (e discuto mais abaixo a máquina disciplinar ou disciplinamento-máquina) não pode nunca atingir a “satisfação” ou completar sua tarefa. G. Deleuze e F. Guattari, *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983, e *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

estrangeiras (e, no caso recente da Argentina, não possuíam as conexões corretas em Washington) para contornar a tempestade²⁵. Ou, finalmente, os macroeconomistas que debatem os méritos relativos da estabilização e a políticas de ajuste neoclássica e estruturalista que precisam ser adotadas pelos países do Terceiro Mundo e que são apresentadas, como mostrou Suzanne Bergeron²⁶, precisamente nos mesmos termos racializados e sexualizados que eram aplicados aos grupos subalternos do imperialismo clássico: indisciplinados (ao invés de racionalmente guiados), impulsionados por paixões (ao invés de interesses), preguiçosos, esbanjadores – necessitando de aconselhamento especializado de economistas acadêmicos e institucionais (Banco Mundial e FMI) objetivos e desinteressados²⁷.

Esta é precisamente a posição dos economistas acadêmicos a respeito de todas as práticas e todos os conhecimentos econômicos heterodoxos e não-acadêmicos – por eles denominados *ersatz* (simulacro) ou, como Jack Amariglio e eu denominamos: do dia-a-dia²⁸. É uma posição imperial, uma máquina disciplinadora

²⁵ Kalyan Sanyal argumentou que a “nova” economia do desenvolvimento dominante (*mainstream*), baseada no reconhecimento de que existem condições institucionais e de barreiras para a participação nos mercados, representa uma “tentativa para integrar comunidade e mercadoria”, no intuito de reproduzir (em modos novos e cambiantes) a hegemonia do capital. K. P. Sanyal, “Capital, Primitive Accumulation, and the Third World: From Annihilation to Appropriation”, *Rethinking Marxism*. nº 6, (3), 1993, p. 128. Claro que devemos estar abertos à possibilidade de que o desenvolvimento-máquina seja capaz, via suas microempresas e outros programas, de, no fim das contas, criar e promover estruturas não-capitalistas de classe (incluindo comunitárias). O que seria um sucesso marxista de classe, não obstante os termos sob os quais tais processos não-capitalistas de classe teriam sido impulsionados.

²⁶ S. Bergeron, “Political Economy Discourses of Globalization and Feminist Politics”, *Signs*. nº 26, (4), 2001.

²⁷ Michael Bernstein (1999), em sua análise da evolução da economia norte-americana durante e após a Segunda Guerra Mundial, concluiu que “longe de ser um produto da pesquisa desinteressada, alguns dos maiores avanços da teoria econômica moderna [...] resultaram de uma simbiose, uma interação mútua com as preocupações governamentais no período da guerra e a agenda de segurança nacional durante os anos da Guerra Fria” (p. 111).

²⁸ Desenvolvemos esta idéia de modo bem mais detalhado em D. F. Ruccio e J. Amariglio, “The Transgressive Knowledge of ‘Ersatz Economics’”, *What Do Economists Know? New Economics of Knowledge*. New York: Routledge, 1999. Um bom exemplo do tratamento pela máquina disciplinar das análises econômicas “selvagens” ou “leigas” produzidas fora da máquina é a resposta do Academic Consortium on International Trade (ACIT) às campanhas organizadas dentro dos *campi* universitários para garantir um salário como meio de vida efetivo aos trabalhadores das “sweatshops” no exterior. Jagdish Bhagwati e seus colegas aplaudem as preocupações éticas dos ativistas anti-sweatshop, mas tratam a teoria econômica destes ativistas – que se contrapõem aos ditames de livre-mercado da

usada contra os não-economistas do mesmo modo (de forma perfeitamente foucaultiana) como serve para disciplinar os próprios economistas. Nesse sentido, a máquina disciplinadora da economia trabalha para proteger o cerne da economia neoclássica de outras abordagens, sejam produzidas fora da disciplina (entre pesquisadores em outras disciplinas, da antropologia à ciência política, bem como economistas ativistas que trabalham fora da academia) ou dentro (inclusive, entre economistas ortodoxos que, devido a procedimentos e protocolos disciplinares, são forçados a restringir o que dizem e como dizem)²⁹.

Esta é a posição dominante. E existe ainda a oposição tibia no interior da disciplina, que comprova os desastres produzidos em nome da máquina imperial – a distância crescente entre a renda das nações ricas e pobres (excluindo, claro está, a Índia e a China) e a crescente desigualdade da distribuição de renda mundial, o inchaço dos “estacionamentos” para os pobres nas cidades, a fragilidade das contas e das políticas macroeconômicas das economias nacionais em face dos voláteis fluxos internacionais de capitais, e assim por diante – e, no entanto, limita as opções políticas disponíveis ao defender mais regulação do comércio e das finanças, taxas de crescimento mais rápidas por meio de políticas macroeconômicas expansionistas e conceber estratégias apropriadas para as empresas alcançarem sucesso dentro da economia global.

Nosso projeto marxista é radicalmente diferente. Temos de teorizar a máquina imperial – tendo sempre presentes as determinações e os efeitos mutantes e complexos da expansão mundial do capitalismo. E, juntamente com a nossa resoluta oposição ao imperialismo, necessitamos igualmente formular e pôr em prática nossos próprios desejos – de novos ordenamentos de classe e formas não-capitalistas de globalização.

teoria neoclássica como, na melhor das hipóteses, uma paródia pouco refinada da ciência econômica. A “Carta Anti-Sweatshop” da ACIT e outros materiais relevantes podem ser encontrados na internet no endereço: <http://www.spp.umich.edu/rsie/acit/>.

²⁹ Dizer que a máquina disciplinar funciona não é afirmar que funciona bem o tempo todo. Com efeito, eu gostaria de observar que, precisamente pelo fato de ter funcionado de um determinado modo no período pós-guerra, produzindo a ortodoxia econômica neoliberal com respeito à globalização, ela criou um vácuo preenchido por teorias e análises que freqüentemente se contrapõem à ortodoxia entre os não-economistas, dentro e fora da academia. Assim, a máquina disciplinar não apenas pressupõe, mas ajuda a criar o seu “outro”.

RUCCIO, David. Globalização e imperialismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.20, 2005, p.49-69.

Palavras-chave: Globalização; Imperialismo; Economia política.